

Documentação
FSP
5/2/98
29
1-3

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Governo, oposição e o 'mico' da Amazônia

GUSTAVO KRAUSE

O governo Fernando Henrique Cardoso não entende de mico, muito menos de enrolação, como afirma o artigo da senadora Marina Silva, do PT acreano ("Tendências/Debates", 2/2).

Aliás, quem entende do assunto é a oposição. Em 1994, era a favorita no pleito presidencial. Veio o Plano Real. Tentou convencer o eleitor de que o plano era um mico — e não só perdeu a eleição como o prumo. Até hoje, não consegue articular e propor nada consistente, exceto a permanência na simplista e imutável posição de ser radicalmente contra o governo FHC.

Nada, rigorosamente nada, por mais meritório que seja — como, por exemplo, o fundo de valorização do magistério ou o pagamento de indenizações às vítimas do desrespeito aos direitos humanos pelo Estado brasileiro —, merece um padre-nosso de penitência.

Vá lá que a oposição não exista para fazer justiça ao governo. Mas criar tão-somente o embaraço, a dificuldade e o constrangimento não reflete o papel político e o espírito público dos bons quadros que estão fora do poder por ter perdido o embate eleitoral.

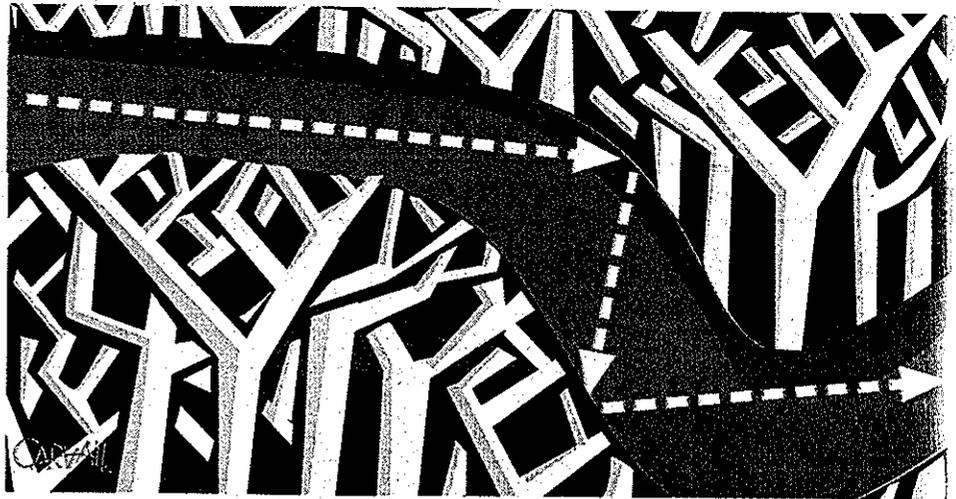
A sensação que isso passa — e tomara que seja uma equivocada suspeita — é que, no íntimo, o sujeito esfrega as mãos, numa torcida nervosa para que as coisas dêem com os burros n'água.

Que tal, por exemplo, uma inflaçãozinha de volta — combinada, se possível, com uma recessão, destruindo salários e fomentando deses-

perança? Não seria um cenário ideal para um discurso antigoverno. mobilizador e convincente?

E o êxito de um ataque especulativo, bombardeando reservas e poupança, engolindo um gigantesco naco do PIB, com o governo de joelhos, pedindo clemência à banca internacional? Que maravilha! E maravilha maior seria um escândalo portentoso, de saudosa memória, tantas vezes ensaiado e frustrado, capaz de afogar as autoridades num extenso e profundo mar de lama.

Felizmente, há sinais de que o eleitorado esgotou sua motivação em relação ao furor acusatório. Tudo indica que de pouco adianta cuspir fogo ou fazer escorrer pela gravata a bÍlis raivosa. O amadurecimento democrático torna o



jogo político mais racional e refinado.

Isso vem a propósito de alguns comentários suscitados na imprensa por lideranças de oposição e respeitáveis defensores do meio ambiente sobre a Amazônia e sobre a Lei Ambiental.

Quanto à Amazônia, um mínimo de equilíbrio e imparcialidade muda o nível da discussão para bem acima do argumento primário (por exemplo, a gestão FHC como responsável pela "catástrofe") ou da dialética do deboche (mico, enrolação e coisas do gênero).

O governo FHC vem tirando do armário vários esqueletos. Ao atualizar os dados, pelo excepcional trabalho do Inpe, tira um esqueleto verde. E isso se faz com transparência e credibilidade

(em tempo: a reunião no Inpe não foi para comemorar a expressiva tendência de queda do desflorestamento em 1996/97. Foi para mostrar ao Brasil e ao mundo como se realiza o maior, mais preci-

so e sofisticado programa de monitoramento de florestas tropicais).

O governo demonstrou agora, como fez em julho de 96, ao editar a medida 1.511 e o decreto de moratória do mogno e da virola, capacidade de agir.

Em 96, houve medidas severamente restritivas e um inusitado esforço de fiscalização, com expressivos resultados. Agora, conhecendo os dados, identificando o tamanho das áreas desmatadas e a vegetação atingida, o governo adotou e seguirá adotando medidas que vão às causas do problema. Fez convergir políticas públicas, fundiárias, agrícolas e de economia florestal para superar antigas contradições.

Deu à questão dimensão política de assunto de governo. Isso ultrapassa a

visão setorial, restrita ao Ministério do Meio Ambiente e ao exercício do poder de polícia, correndo atrás dos efeitos.

E mais: o governo tem consciência de que constrói uma nova racionalidade econômica na abordagem da Amazônia (atenção para a Política Nacional Integrada para a Amazônia; o Prodex; o Proecotur; o Programa de Pesca Esportiva; o Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade; o compromisso político internacionalmente assumido para proteger, com unidades de conservação de uso indireto, 10% da Amazônia até 2000).

Temos consciência de que erros históricos, sedimentados ao longo de anos, não se corrigem com uma penada. A fórmula é simples: os instrumentos que financiaram a insustentabilidade têm de ser usados para financiar a sustentabilidade da Amazônia. A execução importa um esforço gigantesco, que exige amplo arco de alianças — o que será mais eficaz do que subir nas tamancas, com o dedo em riste.

Nestes três anos, o governo FHC acumulou a experiência de olhar e agir na direção do futuro, ao buscar reformas e mudanças. É sempre assim: faz adversários à vista e aliados a prazo.

É o que ocorre com a Lei Ambiental, que dará indiscutível suporte ao poder de polícia do MMA, por meio do Ibama, e que estava tramitando no Congresso havia sete anos. A lei é um avanço. Os princípios estão intactos.

Para avaliar esse avanço, basta tentar responder a três perguntas. A lei deixou de tipificar algum delito? Algum agente está fora do alcance da norma? A ação punitiva do Ibama, a partir de agora, tem base legal? Mais uma: com quem está a razão? O futuro próximo dirá, de forma eloquente, com a punição dos que agridem o patrimônio natural.